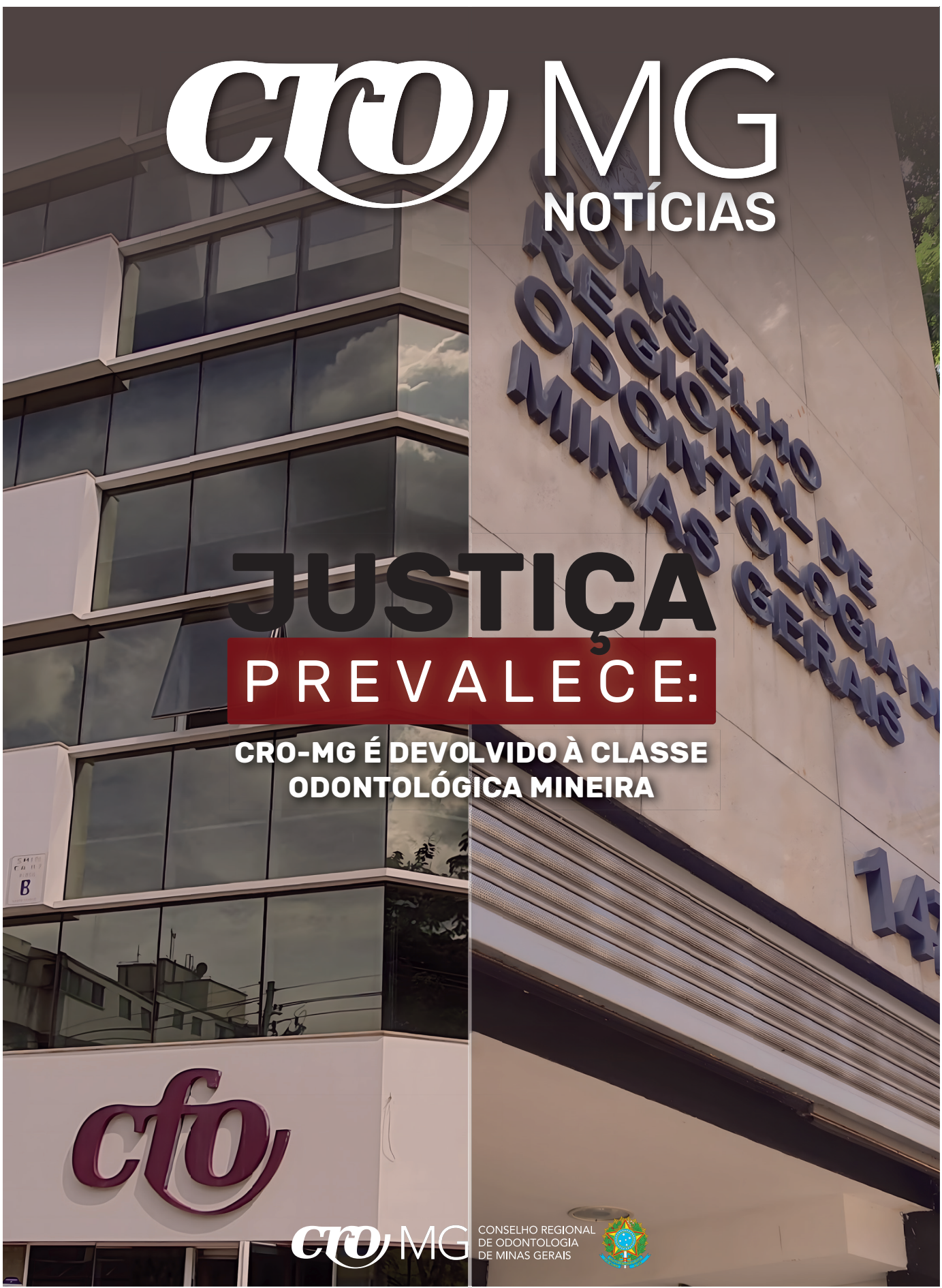




cro MG

NOTÍCIAS

JUSTIÇA

PREVALECE:

**CRO-MG É DEVOLVIDO À CLASSE
ODONTOLÓGICA MINEIRA**

cro MG

CONSELHO REGIONAL
DE ODONTOLOGIA
DE MINAS GERAIS



Baixe o aplicativo **Meu CRO-MG**

Fique por dentro das ações do CRO-MG, regulamentações e atualizações importantes para a classe odontológica.



**Conecte-se ao seu Conselho
de forma prática e rápida,
direto no seu celular.**



Vagas



Classificados



Notícias



Benefícios

É gratuito, fácil e feito para você.
Baixe agora e aproveite todas as vantagens.



Ou acesse:
cro.mg/meucromgandroid



Ou acesse:
cro.mg/meucromgapple

Carta ao leitor,

O Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CRO-MG) é, historicamente, uma das maiores e mais respeitadas autarquias de representação da odontologia no Brasil. Com mais de 50 mil inscritos, Minas Gerais sempre foi reconhecida por sua tradição de protagonismo científico, defesa da ética profissional e participação ativa em todas as lutas da classe odontológica.

Nos últimos anos, contudo, fomos arrastados para o centro de um dos capítulos mais turbulentos de nossa trajetória institucional. O Conselho Federal de Odontologia (CFO), sob o argumento de “garantir estabilidade administrativa”, impôs uma intervenção arbitrária e ilegal no CRO-MG, afastando a diretoria legitimamente eleita e instaurando um período marcado por incertezas, instabilidade e desconfiança.

Ao mesmo tempo em que restringia a autonomia da nossa autarquia regional, vieram à tona denúncias graves contra o próprio CFO: um escândalo de proporções inéditas, envolvendo desvios milionários, contratos com suspeitas de irregularidades e recusa de acesso, retaliações a servidores que ousaram denunciar irregularidades e até mesmo a suspeita de um esquema de pirâmide financeira, hoje alvo de investigação pelo Tribunal de Contas da União (TCU), Polícia Federal (PF) e Ministério Público Federal (MPF).

O impacto dessa intervenção não se limitou ao campo administrativo. Projetos científicos foram interrompidos, eventos tradicionais deixaram de acontecer, parcerias com universidades foram suspensas e campanhas fundamentais para a valorização da odontologia perderam força. Mais do que a paralisação de iniciativas, vivemos um período em que a própria credibilidade da profissão foi colocada em xeque.

Mas, se este capítulo da história revela abusos e retrocessos, ele também evidencia a força e a resiliência da odontologia mineira. Com a decretação judicial da ilegalidade do ato do Conselho Federal de Odontologia, o fim da intervenção e o retorno da gestão legítima, reafirmamos nosso compromisso com a categoria, com a transparência e com a ética. Mais do que denunciar o que aconteceu, é hora de olhar para frente e reconstruir, com firmeza e participação, as bases de uma instituição sólida e respeitada.

É nesse espírito que nasce esta edição especial da nossa revista. Aqui, reunimos documentos, reportagens, entrevistas e depoimentos para registrar com profundidade o que aconteceu, analisar as consequências para a odontologia e, sobretudo, refletir sobre os caminhos que precisamos trilhar daqui em diante.

Nosso objetivo não é apenas contar a história de um período de crise, mas transformá-la em aprendizado. Queremos que este dossiê sirva como referência para que episódios como este nunca mais se repitam, e para que possamos construir um futuro mais justo, democrático e transparente para a odontologia mineira e brasileira.

Que cada leitor encontre, nas páginas que seguem, não apenas o relato de um tempo difícil, mas também a certeza de que a odontologia de Minas Gerais permanece firme, combativa e comprometida com a defesa da nossa profissão e da sociedade que dela depende.



**RAPHAEL
CASTRO MOTA**
Presidente do
Conselho Regional
de Odontologia
de Minas Gerais

SUMÁRIO

- 6 POLÍTICA PROFISSIONAL**
O início da intervenção: A decisão do CFO que abalou o CRO-MG
- 7 CLIMA INSTITUCIONAL**
O ambiente interno no CRO-MG: Restrição, medo e desconfiança durante a intervenção
- 8 INVESTIGAÇÃO**
Enquanto CRO-MG sofre intervenção, escândalos no CFO abalam a odontologia nacional
- 9 ESCÂNDALOS**
CFO sob suspeita: contratos com sinais de irregularidades e tentativas ilegais de ocultar documentos públicos
- 10 PODER & INFLUÊNCIA**
CFO e a rede de influência: Entrelaçamento perigoso entre recursos públicos e interesses privados
- 11 RESISTÊNCIA & RECONSTRUÇÃO**
O efeito em Minas Gerais: Resistência e desafios durante a intervenção no CRO-MG
- 12 RETROCESSOS E IMPACTOS**
Intervenção no CRO-MG: fiscalização ineficaz, prejuízos e retrocessos à odontologia mineira
- 16 VOZ DA BASE**
Vozes e denúncias da base: A indignação dos profissionais em Minas Gerais
- 17 RECONSTRUÇÃO**
O retorno da gestão legítima: Um novo ciclo de reconstrução no CRO-MG
- 18 ÉTICA & GOVERNANÇA**
Lições e caminhos: O que a intervenção no CRO-MG revela sobre os Conselhos de classe
- 20 DOSSIÊ INVESTIGATIVO**
Dossiê documental: Escândalo do CFO e intervenção no CRO-MG
- 23 MOBILIZAÇÃO NACIONAL**
Caravana do Piso Salarial reúne médicos e dentistas em Brasília em outubro
- 25 ODONTOLOGIA EM MOVIMENTO**
CRO-MG apoia o Vale do Jequitinhonha com realização do III Congresso de Odontologia

26 CONQUISTAS DA GESTÃO
CRO-MG conquista menor reajuste da história no plano de saúde sob gestão da AllCare

28 ELEIÇÕES CRO-MG 2025
Eleições 2025: Conselhos Regionais de Odontologia

29 ODONTOLOGIA NO SUS
CRO-MG prestigia e apoia lançamento de livro sobre trajetória do Núcleo de Qualidade em Saúde Bucal da Unimontes

30 SAÚDE PÚBLICA E SUS
Recursos para a Saúde Bucal do Acordo de Repactuação referente ao rompimento da barragem em Mariana

31 VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL
CRO-MG intensifica fiscalização do piso salarial dos cirurgiões-dentistas

EXPEDIENTE

Publicação trimestral oficial do Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais

CRO-MG CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE MINAS GERAIS



Rua da Bahia, 1477 | Lourdes
Cep 30.160-017 | Belo Horizonte | MG
Telefax: (31) 2104-3000
cromg@cromg.org.br
www.cromg.org.br

DIRETORIA

Presidente:

Dr. Raphael Castro Mota

Diretora Secretária:

Dra. Marina Mendes Moreira

Diretor Tesoureiro:

Dr. Ricardo Alves Corrêa

Presidente da Comissão de Tomada de Contas:

Dra. Grasielle Lage de Carvalho Abdalla

Presidente da Comissão de Ética:

Dr. Roosevelt Carvalho da Silva

Secretário da Comissão de Tomada de Contas:

Dr. Álan Jahel Estevam

Vogal da Comissão de Tomada de Contas:

Dr. Rafael José Pereira Melchior

Vogal da Comissão de Ética:

Dra. Jacqueline Silva Santos

Secretária da Comissão de Ética:

Dra. Grasielle Lage de Carvalho Abdalla

Conselheiro Suplente:

Dr. Heron Ataíde Martins

Conselheira Suplente:

Dra. Stella Braga de Oliveira Cabral

ASSESSORIA TÉCNICA

Secretário Executivo:

Guilherme Moreira

Procuradora Geral:

Dra. Iglesias Rabelo

Procuradora Adjunta:

Dra. Izabella Rocha

Comunicação CRO-MG:

Gerente: Luiz Faria

Assessor: **André Andrade,**

Assessoria Odontológica:

Dra. Marcela Barletta;

Danaylla Fidelis e Marina Helena

Redação, edição, infográficos, diagramação e projetos gráfico/editorial: **Mota Produções**

Editor: **Mota Produções**

Editor de Arte: **Mota Produções**

Designer: **Mota Produções**

Vagas e classificados na palma da sua mão

Agora ficou ainda mais fácil anunciar e encontrar oportunidades na Odontologia.

Nos espaços de Vagas e Classificados do aplicativo CRO-MG, você pode:

- Publicar suas vagas de forma rápida e gratuita
- Encontrar profissionais qualificados em todo o estado
- Conectar clínicas, cirurgiões-dentistas e laboratórios

CRO-MG CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE MINAS GERAIS

Ou acesse: cromg.meucromandroid

Ou acesse: cromg.meucromapple

O início da intervenção: A decisão do CFO que abalou o CRO-MG

Em agosto de 2024, o Conselho Federal de Odontologia (CFO) tomou uma decisão que chocaria a Odontologia mineira: a intervenção administrativa no Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CRO-MG). Sem notificação prévia sobre possíveis irregularidades, consultas à categoria ou transparência nos critérios adotados, o CFO afastou o Plenário eleito — incluindo os suplentes — da gestão da principal autarquia de representação da profissão em Minas Gerais.

Oficialmente, o argumento usado pelo CFO para a intervenção foi a necessidade de apurar “irregularidades administrativas” no CRO-MG. No entanto, a medida causou um impacto imediato e profundo na autonomia da instituição, uma autarquia que, até então, gozava de respeito pela gestão democrática e pelo protagonismo científico.

Juristas consultados destacaram vícios no processo, apontando para a ausência de ampla defesa e o cerceamento da participação da base na decisão, além de argumentos falaciosos que tinham como único intuito tentar atingir a reputação dos Conselheiros e Conselheiras e da própria classe odontológica de Minas Gerais. Mesmo com decisões judiciais que questionaram a legalidade do ato, o Conselho Federal manteve firme sua intervenção, justificando-a como essencial para garantir a estabilidade administrativa.

Para os profissionais de Odontologia em Minas Gerais, essa decisão representou mais que uma simples mudança na gestão: foi uma ruptura com a tradição de independência do CRO-MG. A partir dali, a autarquia passou a funcionar sob um regime excepcional, em que as decisões eram impostas



de cima para baixo, sem diálogo ou transparência, deixando um rastro de insegurança e desconfiança.

Este foi o ponto de partida de um dos períodos mais conturbados

da história da Odontologia mineira — uma fase marcada por conflitos, denúncias infundadas e uma crise institucional que abalou profundamente a classe. 🦷

O ambiente interno no CRO-MG: Restrição, medo e desconfiança durante a intervenção



Com a decisão do Conselho Federal de Odontologia (CFO) de intervir no Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CRO-MG), o cotidiano da autarquia passou por uma transformação drástica. O ambiente interno, que antes era marcado pela rotina administrativa e pela colaboração entre servidores, foi rapidamente tomado por um clima de tensão e incertezas.

Colaboradores e servidores do CRO-MG relatam que a chegada dos interventores trouxe uma série de restrições e mudanças arbitrárias. A circulação e o acesso a documentos e sistemas foram limitados, e servidores que antes desempenhavam funções-chave passaram a ser afastados sem justificativas claras. Esse novo regime, quase de exceção, implantado pela diretoria interventora, interrompeu canais tradicionais de diálogo, gerando um isolamento da base de funcionários e profissionais da Odontologia. Decisões importantes passaram a ser tomadas de forma autoritária, sem transparência e sem consulta àqueles diretamente envolvidos nos processos.

Nesse contexto, uma das mudanças mais sensíveis ocorreu na gestão dos cargos de confiança. Empregados efetivos passaram a ser nomeados para cargos comissionados, em substituição a profissionais

que tradicionalmente ocupavam essas funções estratégicas. A alteração, além de provocar insegurança jurídica e administrativa, reforçou o clima de desconfiança entre os servidores. Muitos passaram a questionar os critérios das nomeações e a temer pela instabilidade de suas próprias funções.

O impacto dessas decisões foi sentido não apenas no funcionamento burocrático da autarquia, mas também na dimensão humana. O sentimento de insegurança se aprofundou, pois cargos antes ocupados por profissionais de confiança da instituição foram repentinamente redistribuídos, evidenciando um cenário de fragilidade nas relações de trabalho. Servidores expressaram receio de represálias, desmotivação e dificuldades para exercer suas atividades, em um ambiente marcado por suspeitas, incertezas e ausência de comunicação clara.

O relato dos próprios colaboradores traz à tona esse aspecto humano da crise: não foram apenas os números e contratos que sofreram, mas também pessoas, suas carreiras e a própria missão institucional do CRO-MG. O desgaste provocado pela intervenção abalou a autarquia, fragilizando sua capacidade de atuação e de representação da Odontologia mineira. ■

Enquanto CRO-MG sofre intervenção, escândalos no CFO abalam a odontologia nacional



Enquanto o Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CRO-MG) enfrentava a instabilidade gerada pela intervenção, denúncias graves de corrupção e má gestão começavam a emergir no Conselho Federal de Odontologia (CFO), abalando as estruturas da odontologia em todo o país.

Reportagens investigativas publicadas pelo Metrôpoles e pelo SBT News revelaram um esquema de desvio de recursos que pode ultrapassar a cifra impressionante de R\$ 40 milhões. O caso envolve contratos irregulares, pagamentos a fornecedores fictícios – conhecidos como “fornecedores invisíveis” – e uma rede complexa de relações que indicam fraude contábil, lavagem de dinheiro e até suspeitas de pirâmide financeira.

As revelações mostraram que parte dos recursos públicos e das contribuições da categoria foi desviada para beneficiar empresários próximos à diretoria do CFO, incluindo sócios ligados ao presidente da autarquia, que teriam lucrado milhões durante o esquema. Além disso, servidores que tentaram denunciar irregularidades foram alvo de retaliações, incluindo demissões e denúncias de assédio moral.

As denúncias de desvios de conduta e corrupção em face de diretores do Conselho Federal de Odontologia surgiram também em um momento de resistência e mudança nacional, capitaneada pela Odontologia Mineira, que se viu vilipendiada ao sofrer intervenção ilegal e arbitrária de gestores sem representatividade alguma, envolvidos em diversas denúncias.

Esse cenário de corrupção sistêmica no órgão máximo da Odontologia nacional criou um pano de fundo sombrio para a crise que atingiu o CRO-MG. A intervenção na autarquia mineira, apresentada oficialmente como medida para garantir “estabilidade administrativa”, foi, na prática, um capítulo dentro de uma trama muito maior de disputas políticas, abusos de poder e desvio de recursos.

A combinação entre a instabilidade interna em Minas Gerais e os escândalos no CFO aprofundou a sensação de descrédito e insegurança entre os profissionais da odontologia, que se viram duplamente penalizados: pela intervenção que limitou a autonomia regional e pelas denúncias que abalaram a confiança na gestão federal. 🦷

CFO sob suspeita: contratos com sinais de irregularidades e tentativas ilegais de ocultar documentos públicos

Justiça investiga desvios milionários e esquema de pirâmide financeira

Uma das revelações mais graves nas investigações sobre os escândalos no Conselho Federal de Odontologia (CFO) é a existência de contratos vultosos firmados com empresas que, na prática, nunca existiram fisicamente ou simplesmente não prestaram os serviços contratados. Esses fornecedores, apelidados de “fornecedores invisíveis”, foram um dos principais mecanismos utilizados para desviar recursos da autarquia federal.

Documentos obtidos e analisados por equipes investigativas apontam para uma série de pagamentos milionários feitos a essas empresas fantasmas, que somam dezenas de milhões de reais — um montante que poderia ter sido investido diretamente em políticas, projetos e melhorias para a classe odontológica em todo o país.

O caso ganhou novos contornos quando se revelou que o CFO tentou esconder documentos referentes às suas licitações, infringindo a Lei de Acesso à Informação e a Lei da Transparência. O Dr. Raphael Mota, presidente afastado pela intervenção, solicitou

formalmente os documentos ao CFO para fiscalizar as contratações e, especialmente, as licitações suspeitas, relacionadas ao uso de inegibilidade, prática não usual e que gerou desconfiança quanto à regularidade dos processos. A entrega desses documentos tem sido negada sistematicamente desde outubro do ano passado, continuando Dr. Raphael na busca incessante de ter acesso aos mesmos.

O CFO não forneceu as informações dentro do prazo regulamentar, solicitando mais 10 dias além dos 20 dias previstos pela lei, o que atrasou a fiscalização. Diante da protelação, foi necessário recorrer à Justiça, resultando em um mandado de segurança que determinou ao CFO a entrega dos documentos solicitados, mesmo assim não cumprido pelo órgão federal. A ausência de serviços efetivamente prestados, combinada com a resistência à transparência, sugere um esquema estruturado para drenar recursos públicos e alimentar interesses privados, em detrimento dos profissionais e da população que dependem dos serviços regulados pelo CFO.

SÓCIO DO PRESIDENTE DO CFO É INVESTIGADO POR MOVIMENTAÇÕES MILIONÁRIAS

Como vimos, mais uma vez coube à Classe Odontológica Mineira buscar a tutela judicial para arbitrariedades do CFO. Em mais um capítulo sombrio na história da odontologia nacional, o CFO precisou ser compelido pela justiça para cumprir a Lei de Acesso à Informação e fornecer documentos que deveriam estar públicos a todos os profissionais inscritos do Brasil.

Isso se deve também a um dos episódios mais comentados nas investigações envolvendo o Conselho Federal de Odontologia (CFO) que refere-se à alegação de que um sócio do atual presidente da autarquia teria obtido movimentações financeiras de aproximadamente R\$ 8 milhões durante o período

investigado. A reportagem sobre o caso gerou repercussão significativa e trouxe à tona questionamentos sobre possíveis conflitos de interesse entre gestão do órgão e ganhos privados.

Documentos e informações obtidas até o momento indicam que esse sócio manteve uma relação próxima com a gestão do CFO e poderia ter sido beneficiado por operações financeiras ainda sob apuração, incluindo contratos com fornecedores que estão sendo investigados e outras movimentações financeiras.

Revelou-se, inclusive, que o Presidente do CFO possuía sociedade com esse empresário, uma empresa que firmou contrato com o próprio CFO, em total desconformidade legal e moral. 🚫

CFO e a rede de influência: Entrelaçamento perigoso entre recursos públicos e interesses privados



Além dos desvios financeiros e investimentos questionáveis, novas denúncias revelam que o Conselho Federal de Odontologia (CFO) pode estar envolvido em uma complexa rede de influência que compromete a integridade da autarquia. Documentos e depoimentos indicam que o CFO empregava assessores com vínculos diretos a empresários investigados por lavagem de dinheiro, configurando uma preocupante relação inadequada entre interesses privados e recursos públicos.

Essa relação estreita entre dirigentes do CFO e atores suspeitos de práticas ilícitas levanta sérias dúvidas sobre o uso adequado dos

recursos da categoria e sobre a efetividade das políticas internas de governança e compliance do Conselho. A proximidade entre servidores e empresários investigados sugere um ambiente vulnerável a pressões externas e conflitos de interesses que podem prejudicar a transparência e a ética na gestão.

Especialistas em controle público e governança ressaltam que o fenômeno de “captura institucional” — quando órgãos públicos passam a servir interesses privados — é uma ameaça direta à democracia interna e à legitimidade das entidades de classe. No caso do CFO, essa captura pode ter facilitado os desvios milionários

e as decisões administrativas questionáveis que marcaram os últimos anos.

A investigação em curso pela Polícia Federal (PF), Ministério Público Federal (MPF) e Tribunal de Contas da União (TCU), somada às denúncias de servidores e profissionais da odontologia, torna urgente uma reforma profunda no Conselho, que deve priorizar a independência, a fiscalização rigorosa e a proteção dos denunciantes.

Enquanto a rede de influência se desmonta, cresce a pressão da categoria por transparência e por mecanismos que evitem a repetição desse cenário de corrupção e má gestão. 🦷

O efeito em Minas Gerais: Resistência e desafios durante a intervenção no CRO-MG

A intervenção do Conselho Federal de Odontologia (CFO) no Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CRO-MG) não pode ser analisada isoladamente. Ela faz parte de um contexto maior, em que o CFO buscava controlar narrativas e sufocar resistências internas diante das denúncias que começavam a vir à tona. Para os profissionais mineiros, os efeitos foram concretos e imediatos.

Raphael Mota, presidente do CRO-MG, foi uma das vozes que mais se destacou na denúncia dos impactos da intervenção. Segundo ele, o período ficou marcado por atrasos administrativos significativos, como a demora na emissão de registros e documentos essenciais para o exercício da profissão, além de uma absoluta falta de clareza nas decisões tomadas pela diretoria interventora. “O processo contra mim incluiu denúncias eleitorais já arquivadas e acusações infundadas de assédio moral e sexual”, lembra Raphael, evidenciando um cenário de perseguição política.

A insegurança tomou conta da categoria. Vários relatos, inclusive em vídeos e podcasts, apontam para uma sensação coletiva de punição dupla: primeiro pela intervenção em si, e depois pelas revelações de desvios e irregularidades no âmbito do CFO. Raphael destaca que, enquanto o CFO gastava milhões em eventos como o CIOSP e exigia inscrições compulsórias, o CRO-MG tentava agir de forma rápida e voluntária para ajudar profissionais prejudicados por eventos como as enchentes no Rio Grande do Sul — uma clara demonstração do descompasso entre as instituições.

Além disso, denúncias de tentativas de ocultar documentos e manobras para manter a mesma diretoria no poder, antecipando eleições e protelando investigações, compuseram o cenário de crise. Raphael relata ainda que durante a intervenção, o CRO-MG sofreu com o cancelamento arbitrário de eventos importantes, como o EMAPESPO, um dos maiores eventos nacionais de saúde pública e coletiva, causando, além de prejuízos financeiros ao CRO-MG, um grande impacto negativo para a saúde pública de Minas Gerais e desmotivação entre profissionais.

A sensação de insegurança também veio acompanhada de acusações direcionadas a Raphael, incluindo relatos infundados de assédio moral e sexual que sequer aparecem nos relatórios oficiais da diretoria provisória, expedidos no dia 29 de janeiro de 2024. “A Diretoria Interventora foi que cometeu assédio moral e criou um clima de intimidação”, afirma.

Mesmo diante das dificuldades de gestão e fiscalização, denúncias levantadas indicam possíveis irregularidades no uso de recursos públicos pelo CFO, incluindo contratos e licitações com valores significativamente acima do praticado por outros conselhos regionais. Um exemplo é o aluguel de veículos: enquanto o CFO realizou uma licitação com custo mensal de R\$ 3.892,60 por carro, o CROMG obteve o mesmo serviço com valor mensal de R\$ 1.398,77. Além disso, foram apontados contratos como o de mais de R\$ 3 milhões para a revista “Sorrisos Brasileiros”, que teria beneficiado aliados políticos. A comparação evidencia as grandes diferenças nos valores e na

condução das licitações entre o CFO e o CROMG, reforçando a necessidade de auditoria e maior transparência.

A mesma lógica de dois pesos e duas medidas também se refletiu na análise das contas. Em Minas Gerais, as contas de 2023 e 2024 foram reprovadas de forma política, sem a devida garantia de ampla defesa e contraditório. Em contrapartida, em diversos outros Conselhos Regionais de Odontologia, mesmo diante de denúncias públicas e reportagens da imprensa relatando irregularidades, as contas foram aprovadas sumariamente, sem qualquer ressalva. Essa discrepância revela não apenas a seletividade das decisões do CFO, mas também o uso político do processo de fiscalização, transformando um instrumento técnico em mecanismo de perseguição institucional.

A intervenção, que durou cerca de 11 meses, foi finalmente encerrada pela Justiça em julho de 2025, com a retomada do Plenário eleito pela classe mineira em julho do mesmo ano. No entanto, os desafios permanecem: segundo relatos, o CFO continua dificultando o acesso a informações e chegou a desconectar Minas Gerais da base nacional de dentistas, prejudicando a emissão de documentos profissionais.

Hoje, a categoria mineira se mobiliza para reconstruir a instituição, retomar projetos estratégicos e defender pautas estruturantes, como o piso salarial da categoria, valorização dos profissionais e combate ao exercício ilegal da odontologia. A experiência da intervenção, com todas as suas dificuldades, tornou-se uma bandeira de resistência e luta por transparência e autonomia dentro da odontologia nacional. 🇧🇷

Intervenção no CRO-MG: fiscalização ineficaz, prejuízos e retrocessos à odontologia mineira

A intervenção federal no Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CRO-MG) deixou marcas profundas na fiscalização, na gestão e na valorização da categoria, afetando tanto os profissionais quanto a população atendida pelo sistema odontológico do estado. Os números evidenciam o impacto negativo dessa medida: em 2024 foram realizadas 19.251 fiscalizações, enquanto em 2025 esse número caiu para apenas 8.436 – uma redução de 56% nas ações de fiscalização. Apesar dessas milhares de inspeções, nenhum processo ético foi efetivamente movimentado durante o período de intervenção, devido à ausência de comissões e ple-

nário, o que revela a sua ineficácia. O resultado foi um congestionamento de casos, com 95 processos éticos suspensos, 96 denúncias aguardando análise e 137 processos de fiscalização parados. Esses números, no entanto, não representam a totalidade do problema, já que há ainda dezenas de outros processos retidos na fiscalização que sequer chegaram a ser formalmente instaurados, ampliando ainda mais o cenário de atraso e paralisia. Essa inércia criou um risco concreto de impunidade, fragilizando a proteção da sociedade contra irregularidades e práticas ilegais na odontologia e deixando pacientes e profissionais ainda mais vulneráveis.

Caos administrativo

Durante a intervenção, o CRO-MG mergulhou em um cenário de desorganização sem precedentes. Cerca de 20 mil processos administrativos — envolvendo inscrições, registros e cancelamentos — ficaram parados, comprometendo diretamente a vida profissional de milhares de cirurgiões-dentistas. Ao mesmo tempo, contratos foram mal geridos, com reajustes cumulativos em planos de saúde que impactaram financeiramente os inscritos.

Nem mesmo as rotinas mais básicas de gestão foram preservadas. O controle de férias dos funcionários, por exemplo, deixou de ser realizado de forma adequada, revelando a incapacidade da diretoria interventora em conduzir a administração da autarquia. A falta de gestão de Recursos Humanos gerou prejuízos superiores a R\$ 170 mil, um valor que simboliza não apenas a falha administrativa, mas o descaso com servidores e com a saúde financeira da instituição.

O resultado foi um ambiente de descrédito: de um lado, profissionais da Odontologia prejudicados; de outro, servidores desmotivados e sobrecarregados em meio ao caos.



Mesmo não contribuindo com nenhuma ação em favor da classe e interrompendo os projetos ativos, a diretoria interventora não conseguiu fazer nem a gerência básica do Conselho, resultando nos prejuízos citados. Da esquerda para a direita, a diretoria nomeada na época: o secretário-geral do CRO-MG, Carlos Alberto do Prado e Silva; o então presidente do CFO, Juliano do Vale (que posteriormente deixou o cargo); o presidente interventor do CRO-MG, Arnaldo Garrocho; e o tesoureiro, Bruno Massahud.

Com redução de 56% nas fiscalizações, processos éticos suspensos e programas educacionais e sociais interrompidos, a intervenção no CRO-MG provocou e ameaçou retrocessos significativos e ameaça à valorização da odontologia em Minas Gerais.



Reconhecimento judicial da ilegalidade

Em resposta às irregularidades, decisões judiciais reconheceram ilegalidades na intervenção, destacando a importância do papel do Judiciário na proteção dos direitos da categoria e da sociedade. O reconhecimento reforça que fiscalização, gestão e programas de valorização profissional devem ser conduzidos de forma transparente e responsável, garantindo segurança e confiança aos odontólogos e à população mineira.

Eventos e ações prejudicados pela intervenção no CRO-MG

A intervenção do Conselho Federal de Odontologia (CFO) no Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CRO-MG) causou impactos diretos e negativos em diversos setores da entidade, comprometendo a rotina dos profissionais e paralisando iniciativas estratégicas que vinham sendo desenvolvidas para o fortalecimento da odontologia no estado.

1. Programa de Educação Permanente (PEP)

O Programa de Educação Permanente, com suas palestras quinzenais já com calendário definido, foi abruptamente interrompido. A comunicação oficial, essencial para o repasse das informações, ficou travada, deixando profissionais sem acesso a atualizações e debates importantes para a formação continuada.

2. Congressos e encontros regionais

A intervenção causou a paralisação dos preparativos para eventos científicos, tanto presenciais quanto online. Parcerias com universidades e associações locais, já em fase avançada de planejamento, foram canceladas.

Entre os eventos mais afetados estão:

Semana Tiradentes 2025 – Araxá: tradicional encontro científico-cultural, que não foi realizado devido ao bloqueio administrativo imposto pela intervenção.

EMAPESPO – Expodental: um dos maiores encontros nacionais na área de saúde pública e coletiva, que foi esvaziado pela falta de apoio do CRO-MG. A paralisação gerou um prejuízo estimado em quase R\$ 400 mil (R\$ 399.591,00). Em edições anteriores, o CROMG, através do EMAPESPO, pactuou subsídios para implantação de Centro de Especialidades Odontológicas incentivos que partiam de 580 mil reais a quase 1 milhão de reais, conforme a modalidade, único estado do país a fazer esse investimento através da construção conjunta com o Conselho.

Semana dos Auxiliares e Técnicos em Saúde Bucal: a segunda edição, planejada para 2025, não contou com o suporte necessário do CRO-MG.

Além disso, semanas acadêmicas em instituições de ensino Federais e Estaduais, que contavam com o apoio do CRO-MG, também tiveram seu suporte descontinuado.



3. Campanhas de valorização da Odontologia

Campanhas importantes voltadas para a valorização da profissão, incluindo temas como piso salarial, ética profissional e valorização dos auxiliares e técnicos em saúde bucal, foram suspensas. A articulação com a imprensa e órgãos públicos, fundamental para fortalecer a categoria, sofreu prejuízos significativos.

4. Serviços administrativos ao profissional

O atendimento aos profissionais foi impactado com atrasos na emissão de carteirinhas, registros e processos de transferência. Além disso, houve restrições de acesso aos sistemas digitais, causando lentidão nos processos de inscrição, fiscalização e outras demandas essenciais para o dia a dia da classe odontológica.

5. Projetos sociais e de interiorização

Durante a intervenção, houve a completa interrupção de programas sociais e de apoio do CRO-MG. O programa CRO Jovem foi suspenso, as doações de kits sociais foram paralisadas e 1.736 itens de materiais destinados à população venceram sem utilização, totalizando mais de R\$ 2 mil em perdas. A intervenção também interrompeu ações sociais que levavam a odontologia para municípios do interior de Minas Gerais, incluindo campanhas de prevenção em saúde bucal. Parcerias com comunidades e secretarias municipais foram engavetadas, comprometendo o alcance e impacto social da entidade.

Além disso, a intervenção desarticulou câmaras técnicas e comissões essenciais ao funcionamento da autarquia, paralisando espaços de debate técnico-científico e de apoio às práticas profissionais. Entre elas estavam: a Comissão de Educação Continuada, a Comissão de Odontologia Hospitalar, a Comissão de Técnicos e Auxiliares em Prótese Dentária, bem como câmaras técnicas de áreas estratégicas como Odontologia Domiciliar, Sedação e Analgesia, Biossegurança e Vigilância Sanitária, Harmonização Orofacial, Ortodontia, Odontologia do Sono e Saúde Coletiva.



O programa CRO Jovem foi suspenso, as doações de kits sociais foram paralisadas e 1.736 itens de materiais destinados à população venceram sem utilização, totalizando mais de R\$ 2 mil em perdas.

A descontinuidade dessas instâncias comprometeu a produção de conhecimento, a orientação científica e o suporte técnico à categoria, deixando um vácuo na valorização da odontologia mineira e prejudicando diretamente os profissionais e a sociedade.

6. Comunicação institucional

A comunicação institucional também foi enfraquecida. A revista *CRO-MG Notícias* foi descontinuada, e o Instagram do conselho passou a se limitar a replicar postagens do CFO, reduzindo a transparência e o engajamento com a categoria. Além disso, os canais oficiais do CRO-MG, como redes sociais, site e boletins informativos, ficaram sem atualizações por períodos prolongados. Comentários públicos foram bloqueados, restringindo o diálogo com a comunidade odontológica. Essa falta de transparência gerou um ambiente de insegurança e desconfiança entre os profissionais.

7. Relacionamento político e institucional

A diretoria interventora deixou expirar 28 processos sobre o piso salarial, perdendo a oportunidade de manter ativa a discussão no Supremo Tribunal Federal (STF) e fragilizando a defesa institucional da categoria. Além disso, todo o atendimento e as impugnações aos editais foram descontinuados, sendo substituídos por uma mensagem padrão.

A categoria também perdeu espaço em audiências públicas e articulações legislativas, como as discussões sobre o piso salarial da odontologia e a insalubridade. A intervenção dificultou a participação do CRO-MG em fóruns estaduais e nacionais, reduzindo a representatividade da odontologia mineira nos debates mais estratégicos para a profissão.

Esses retrocessos atingem diretamente a valorização da odontologia, prejudicando profissionais e limitando a capacidade do conselho de defender seus direitos e interesses. 🦷

Vozes e denúncias da base: A indignação dos profissionais em Minas Gerais

Enquanto a intervenção do Conselho Federal de Odontologia (CFO) no CRO-MG avançava, um sentimento crescente de frustração e revolta tomava conta dos profissionais da odontologia em Minas Gerais. Em vídeos publicados no Instagram e em podcasts independentes, odontólogos, auxiliares e técnicos da base da categoria expressaram suas queixas e preocupações sobre os rumos da entidade e os impactos diretos da intervenção.

“Não nos deram voz. Tudo era decidido em Brasília, sem olhar para a realidade mineira.”

Essa foi uma das frases mais repetidas em diversas manifestações públicas, evidenciando a falta de diálogo entre a diretoria interventora e os profissionais locais. Muitos sentiram que as decisões eram impostas de cima para baixo, sem considerar as especificidades e necessidades regionais.

A confiança, pilar fundamental para qualquer entidade representativa, sofreu um duro golpe. A falta de transparência e a sensação de que os interesses políticos estavam acima do compromisso com a categoria minaram o respeito e a credibilidade do conselho.

“Perdemos a confiança nas instituições que deveriam nos representar.”

“A categoria exige transparência. Chega de conselhos usados como manobra política.”

Essa frase sintetiza o coro da base. A insatisfação contra a politização do Conselho, que deveria atuar exclusivamente em defesa da odontologia e dos profissionais, virou bandeira para muitos. Denúncias de corrupção, arbitrariedades e má gestão aumentaram o clamor por mudanças profundas.

Esses relatos, coletados em redes sociais e mídias independentes, mostram o impacto da intervenção não apenas nos processos administrativos, mas no sentimento coletivo da classe, que se viu duplamente penalizada: pela paralisação dos serviços e pela desconfiança em relação à gestão. 🦷

O retorno da gestão legítima: Um novo ciclo de reconstrução no CRO-MG



Depois de meses de intervenção, disputas judiciais e incertezas institucionais, a gestão eleita do Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CRO-MG) reassumiu o comando da autarquia em 2025. A decisão judicial que considerou ilegal a segunda intervenção do CFO marcou não apenas o fim de um ciclo conturbado, mas também o início de uma nova fase: a da reconstrução e reconciliação institucional.

Onze meses de intervenção deixaram um rastro de prejuízos. Os efeitos práticos da intervenção ilegal realizada no CRO-MG mostram que a gestão legitimamente eleita pela classe odontológica terá muito trabalho para restaurar processos, projetos e relações que foram severamente comprometidos em apenas 10 (dez) meses pela diretoria interventora.

O reencontro entre a diretoria legítima e os colaboradores do CRO-MG foi carregado de emoção. Em seu primeiro discurso após a retomada, o presidente Raphael Mota falou com firmeza e serenidade:

“Estamos retomando uma casa que é nossa. O que aconteceu não pode ser esquecido, mas deve servir de lição. Vamos reconstruir com ética, com verdade e com o compromisso que temos com cada profissional de Odontologia em Minas Gerais.”

O tom foi de união e reconstrução, mirando um futuro mais estável, transparente e ético. Segundo servidores presentes, a fala do presidente eleito

Após meses de turbulência, a gestão eleita do CRO-MG retoma o comando e inicia um novo ciclo de reconstrução e confiança.

ressoou como um convite à retomada da confiança e da valorização do trabalho coletivo — algo profundamente abalado durante os meses de intervenção.

A volta da gestão também representou a reativação de projetos paralisados, o resgate de parcerias institucionais e a recuperação da autonomia do Conselho mineiro, que havia sido duramente comprometida. A recondução da diretoria legítima, respaldada pela Justiça, foi interpretada por muitos como uma vitória da categoria e da legalidade. Profissionais de todo o estado manifestaram apoio ao retorno da gestão, reafirmando a importância de um CRO-MG forte, presente e independente.

Se o período da intervenção foi marcado por silêncio, arbitrariedade e insegurança, o novo ciclo se inicia com uma mensagem clara: o CRO-MG volta a pertencer aos profissionais de Minas — e se reconstrói com eles. 🍷

Lições e caminhos: O que a intervenção no CRO-MG revela sobre os Conselhos de classe

O episódio da intervenção no CRO-MG, em meio a uma avalanche de escândalos envolvendo o Conselho Federal de Odontologia (CFO), não é apenas uma mancha administrativa ou um conflito institucional. É um alerta contundente sobre os riscos de estruturas sem transparência, com pouca fiscalização e distantes da base que deveriam representar.

Durante a intervenção, Minas Gerais enfrentava atrasos, incertezas e projetos paralisados, denúncias de corrupção, pirâmide financeira e favorecimento político emergiam no cenário nacional. Nesse contexto, surgem lições cruciais para a Odontologia – e para todas as autarquias públicas brasileiras:

A crise no CRO-MG mostra que conselhos sem fiscalização e transparência comprometem a classe. Lições de ética e controle emergem como prioridade.



GOVERNANÇA

Conselhos Federais precisam de mecanismos de controle independentes, que impeçam abusos de poder e desviem o foco da representação profissional para interesses privados. Também é urgente regulamentar a intervenção, de forma a assegurar o contraditório e a ampla defesa, afastando a possibilidade de medidas motivadas por perseguições políticas.



TRANSPARÊNCIA

A informação financeira deve ser pública, acessível e auditável. Não se pode mais tolerar contratos milionários com empresas fantasmas ou gastos sem licitação que driblam a Lei.



PROTEÇÃO A DENUNCIANTES

É inaceitável que servidores ou conselheiros que alertam sobre irregularidades sejam demitidos ou perseguidos. O silêncio imposto por medo não pode ser a norma.



PARTICIPAÇÃO DA BASE

Os profissionais da Odontologia precisam ter mais canais permanentes de fiscalização e controle social sobre os conselhos. A desconexão entre gestão e base é um terreno fértil para arbitrariedades.

Mais do que um momento difícil para a classe odontológica mineira, a intervenção foi um ponto de inflexão. A volta da gestão legítima em 2025 reabre o diálogo e propõe a reconstrução, mas deixa a lição de que a autonomia institucional não pode ser confundida com isolamento ou ausência de prestação de contas.

Como disse o presidente Raphael Mota no discurso de retorno:

“O que aconteceu não pode ser esquecido, mas deve servir de lição.”

Que esta edição sirva, portanto, como registro histórico — mas também como compromisso. Um compromisso com uma Odontologia mais ética, transparente, democrática e alinhada com as necessidades reais de quem faz a profissão acontecer todos os dias. 🦷

Dossiê documental: Escândalo do CFO e intervenção no CRO-MG

Linha do Tempo

Março
2021

Primeiros aportes à Solstic

CFO inicia transferências para a Solstic Capital, ultrapassando R\$ 40 milhões até 2022.

Operação numa empresa de fabricação de cadeiras de escritório que jamais foi uma instituição financeira cadastrada no Banco Central e sem registro como fundo na CVM ou Banco Central, registrada irregularmente como “aplicação bancária”.

Indícios de fraude contábil e pirâmide financeira.

2021-2022

Papel da Secretaria-Geral do CFO

A Secretaria-Geral do CFO esteve vinculada a grupos externos de interesse.

Assinatura de atas não registradas e projetos não implementados.

A presidência do CFO não se manifestou publicamente sobre o caso.

2023

Eleições antecipadas no CFO

Votação é adiantada em mais de um ano.

Contas de 2021 e 2022, sob suspeita, não puderam afetar a chapa vencedora (Miyake, Juliano do Vale e Evaristo Volpato).

Pouco antes da posse, marcada para 8 de dezembro, ocorreram renúncias inesperadas do presidente eleito e do tesoureiro, gerando questionamentos sobre a situação da nova gestão.

2024

Escalada de conflitos

Junho/Agosto: É acionada a OAB para ter acesso a parecer negado pelo CFO. Também denuncia nomeação de delegado especial e atos de perseguição (rasgo de fachada do CRO-MG).

Sem data: Cancelamento arbitrário do evento CRO Run e do EMAPESPO, com prejuízos de centenas de milhares de reais. Foram denunciadas práticas de improbidade administrativa e ataques deliberados à odontologia mineira.

Outubro: CFO demora seis meses para tratar de ajuda a dentistas do RS, enquanto CRO-MG agiu rapidamente.

Dezembro: Foi denunciada a ocultação de documentos importantes, o que tornou necessário recorrer à Justiça por meio de mandado de segurança. Nesse período, também ocorreu a renúncia do tesoureiro do CFO em meio a manobras para manutenção da diretoria.

Agosto
2024

Intervenção no CRO-MG

CFO decreta intervenção, afasta o Plenário eleito.

Projetos estratégicos suspensos (Semana Tiradentes, EMAPESPO, campanhas de piso salarial e insalubridade).

Raphael denuncia perseguição política e motivação para enfraquecer Minas Gerais.

Novembro
2024

Morte de Flávio Batel.

Sócio da Solstic, envolvido nos aportes, é encontrado morto por suposto suicídio.

Dezembro
2024

Eleições antecipadas no CFO

Juliano do Vale e Volpato não assumem o CFO em seguida.

Fevereiro
2025

2ª intervenção no CRO-MG

CFO publica nova decisão mantendo a diretoria interventora.

Raphael denuncia abusos, acusa CFO de ocultar documentos e convoca presidentes de CROs a resistirem.

Inicia ofensiva com denúncias ao TCU, crítica a licitações milionárias e apelo público contra a corrupção.

Linha do Tempo

Maio
2025

CFO na mira da PF, MPF e TCU

Transações suspeitas de pirâmide financeira e desvio de R\$ 40 milhões entram na mira do Tribunal de Contas da União (TCU), enquanto inquéritos são abertos pela Polícia Federal (PF) e pelo Ministério Público Federal (MPF).

São reforçadas denúncias, incluindo questões relacionadas a contratos de veículos e a uma publicação especializada do setor odontológico.

Informa acordo histórico do CRO-MG com o CADE, ao contrário do CFO, multado por descumprimento.

Junho
2025

Julho 2025 – Justiça anula 2ª intervenção

Decisão Judicial devolve o plenário eleito ao CRO-MG em 16/07/2025.

Em pronunciamento, destaca desorganização herdada, desmotivação de servidores e necessidade de reconstrução institucional.

CFO reage cortando energia e bloqueando base de dados de Minas, prejudicando dentistas. Diretoria denuncia retaliação.

Após Julho
2025

Reconstrução e resistência

Diretoria reassume e reativa agenda científica, social e campanhas (piso salarial, insalubridade, valorização de auxiliares, combate ao exercício ilegal).

Em apenas uma semana, mais de 20 prefeituras são notificadas por descumprir o piso salarial.

CRO-MG transforma a experiência da intervenção em bandeira nacional contra abusos do CFO. 🦷

Caravana do Piso Salarial reúne médicos e dentistas em Brasília em outubro



De 20 a 24 de outubro de 2025 será realizada em Brasília a 3ª Caravana pelo Piso Salarial dos cirurgiões-dentistas e médicos. O movimento busca apoio parlamentar para a aprovação dos projetos de lei 765/2015 e 1365/2022, que atualizam a Lei 3999/61, responsável pela regulamentação do piso salarial das categorias. Os dias principais da mobilização serão 21, 22 – considerado o “Dia D” – e 23.

A ação é organizada com apoio de Conselhos e Federações das duas categorias. Entre as entidades confirmadas estão: Conselho Federal de Odontologia (CFO), Federação Médica Brasileira (FMB), Federação Nacional dos Médicos (FENAM), Federação Interestadual

Mesmo após os retrocessos causados pela intervenção no CRO-MG – que paralisou processos, enfraqueceu a valorização profissional e comprometeu a defesa da categoria – médicos e cirurgiões-dentistas seguem mobilizados. A 3ª Caravana do Piso Salarial, de 20 a 24 de outubro, será a resposta da classe em Brasília para reafirmar união e cobrar do Congresso a atualização da lei de 1961.

de Odontologia (FIO), Federação Nacional de Odontologia (FNO) e o Movimento Dentistas do SUS. O Conselho Regional de Odontologia (CRO) também apoia a iniciativa e criou a Comissão de Valorização da Odontologia, composta por 10 integrantes que representarão os colegas durante o evento.

Atualmente, o projeto 765/2015 tramita na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, enquanto o 1365/2022 está na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. As propostas são semelhantes e preveem o reajuste do piso salarial de mé-

dicos e cirurgiões-dentistas, que permanece sem atualização desde 1961. Outro ponto de destaque é a inclusão dos profissionais do setor público no novo texto, já que o Sistema Único de Saúde (SUS) foi instituído apenas em 1988.

A programação da caravana inclui reuniões com lideranças partidárias, eventos nas frentes parlamentares e encontros com representantes do Executivo. Além disso, os grupos de cada estado se organizam para audiências com deputados e senadores.

A participação é aberta a todos os médicos e cirurgiões-dentistas,

sem necessidade de inscrição prévia. O Movimento Dentistas do SUS está oferecendo apoio logístico, como hospedagem, aos colegas que se deslocarem até Brasília. Mais informações e atualizações podem ser acompanhadas pelo perfil oficial no Instagram: @dentistas_do_sus2. 🦷



Mais detalhes sobre a mobilização no Instagram oficial



CRO-MG apoia o Vale do Jequitinhonha com realização do III Congresso de Odontologia

O III Congresso de Odontologia do Vale do Jequitinhonha será realizado nos dias 17 e 18 de outubro de 2025, em Almenara/MG, reunindo cirurgiões-dentistas, acadêmicos e profissionais da área em uma grande oportunidade de atualização e integração.

Com uma programação científica diversificada, o Congresso trará palestras, mesas-redondas e debates sobre temas atuais e inovadores da Odontologia, contemplando diferentes especialidades e desafios

da profissão. Além do conteúdo técnico-científico, o evento será um espaço de networking, troca de experiências e fortalecimento da valorização profissional na região do Vale do Jequitinhonha.

O encontro é uma realização do Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CRO-MG), reforçando o compromisso da instituição em levar conhecimento e capacitação para todas as regiões do estado.

Garanta sua inscrição e participe desse importante momento para a Odontologia mineira! 🦷

Inscrições abertas
Grátis

REALIZAR INSCRIÇÃO



III CONGRESSO
DE ODONTOLOGIA DO VALE DO
JEQUITINHONHA

ALMENARA

17 E 18 DE
OUTUBRO

REALIZAÇÃO:



CONSELHO REGIONAL
DE ODONTOLOGIA
DE MINAS GERAIS

Setembro de 2025



CRO-MG conquista menor reajuste da história no plano de saúde sob gestão da AllCare

O Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CRO-MG) tem a satisfação de anunciar um marco inédito: a negociação anual do plano de saúde coletivo por adesão, gerido pela Allcare em parceria com a Unimed-BH, resultou no menor reajuste já registrado.

Redução histórica no índice de reajuste

Em 2025, a inflação hospitalar dos planos de saúde foi de 12,7%, percentual inicialmente solicitado pela operadora.

Graças às tratativas conduzidas pela atual gestão do CRO-MG, em conjunto com a Allcare, o índice foi reduzido para 6,5% – aplicável às mensalidades, coparticipação e serviços opcionais.

Essa conquista representa uma redução de quase 50% em relação à proposta inicial, garantindo melhores condições financeiras para os profissionais inscritos e preservando a sustentabilidade dos contratos.

Resumo da conquista



Reajuste final:
6,5%



Inflação hospitalar em 2025:
12,7%



Redução:
quase **50%** em relação à proposta inicial



Abrangência:
mensalidades, coparticipações e serviços opcionais



Negociação:
conduzida pelo CRO-MG em parceria com a Allcare



Compromisso com os inscritos

Mais do que números, o resultado expressa o compromisso do CRO-MG em defender os interesses da classe odontológica. A negociação reafirma a busca por condições justas, transparência e benefícios concretos,

assegurando acesso a um plano de saúde de qualidade, com custos equilibrados e previsibilidade para o futuro.

Essa conquista reforça a missão do CRO-MG: valorizar a Odontologia e assegurar que cada inscrito conte com serviços de excelência e reajustes justos. 🦷

Você inscrito ao CRO MG

Quer ter um plano de saúde **Unimed-BH?**



Seu plano
a partir de:

R\$ **147,81***



Recursos



Rede



Benefícios

Diferenciais que você só encontra aqui:



**Telemedicina Allcare gratuita
para você e seus familiares**

**Cônjuge, Filhos, Pai e Mãe.*



**Desconto em Farmácia,
Exames e Vacinas**



**Clube de
Vantagens**



3003-5404



(11) 3003-5404



allcare.com.br/cromg

ANS - nº34388-9

Unimed
Belo Horizonte

CRO MG

allcare

Setembro 2025 **CRO** MG 27

*Plano unifácil de 0 a 18 anos enfermaria

ANS - nº41728-9

Eleições 2025: Conselhos Regionais de Odontologia

Está agendada para o próximo 3 de outubro a eleição dos novos plenários dos Conselhos Regionais de Odontologia (CROs), referentes à gestão 2026–2027, em todo o país.

A participação dos profissionais é fundamental para fortalecer a representatividade da classe odontológica.

Têm direito a votar

- Cirurgiões-dentistas com inscrição principal ou remida;
- Com inscrição definitiva de mais de 60 dias;
- Cadastro atualizado;
- Com anuidade e quaisquer débitos quitados até 3 de setembro de 2025.



Não podem votar

- Militares
- Inscritos provisórios, secundários ou temporários.



Participação e representatividade

A votação é uma oportunidade única para cada profissional exercer sua cidadania profissional, influenciando diretamente políticas, programas e decisões que impactam toda a classe odontológica. Profissionais ativos e conscientes fortalecem não apenas os Conselhos, mas toda a prática da Odontologia no Brasil, garantindo padrões de qualidade, ética e segurança para a população.

A direção do CRO-MG reforça que a participação nas eleições vai além do ato de votar: é um compromisso com o futuro da Odontologia e com a valorização da profissão. Cada voto conta na construção de Conselhos mais atuantes e próximos das necessidades dos cirurgiões-dentistas e da sociedade. 🦷



CRO-MG prestigia e apoia lançamento de livro sobre trajetória do Núcleo de Qualidade em Saúde Bucal da Unimontes

O Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CRO-MG) marcou presença e apoiou o lançamento do livro que registra a trajetória do Núcleo de Qualidade em Saúde Bucal (NQSB) do Hospital Universitário Clemente de Faria, da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). O evento foi realizado no dia 26 de agosto, em Montes Claros, e reuniu autoridades estaduais e municipais, profissionais da saúde e acadêmicos.

Criado em 2022, o NQSB consolidou-se como referência nacional em odontologia hospitalar, sendo reconhecido pelo Ministério da Saúde e apontado como modelo para implementação em 168 hospitais de Minas Gerais. Entre os resultados expressivos obtidos desde sua implantação, destacam-se a redução de 47% nos casos de pneumonia associada à ventilação mecânica, a diminuição do tempo médio de internação e a significativa economia de recursos públicos.

Esses avanços são fruto do trabalho de uma equipe multidisciplinar comprometida com a qualidade do atendimento e a integração entre diferentes áreas da saúde.

Um marco para a Odontologia no SUS

Durante a cerimônia, ficou evidente a importância do NQSB não apenas como serviço assistencial, mas também como espaço de ensino, pesquisa e formulação de políticas públicas. O núcleo tornou-se um exemplo de como a atuação odontológica dentro do ambiente hospitalar pode impactar diretamente a saúde dos pacientes e otimizar a gestão de recursos.

O CRO-MG parabenizou a equipe envolvida pela excelência do projeto e ressaltou que iniciativas como esta elevam a valorização da Odontologia no Sistema Único de Saúde (SUS). 🦷



Recursos para a Saúde Bucal do Acordo de Repactuação referente ao rompimento da barragem em Mariana

O CRO-MG, no cumprimento de sua missão de defesa da Odontologia e da saúde da população mineira, vem a público destacar sua atuação em relação ao Acordo de Repactuação homologado pelo STF referente ao rompimento da barragem em Mariana, que prevê R\$ 12 bilhões em investimentos para compensar danos à saúde coletiva.

Do total anunciado, mais de R\$ 1,1 bilhão será destinado ao fortale-

cimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse contexto, o CRO-MG encaminhou ofício à Ministra Gleisi Hoffmann, da Secretaria de Relações Institucionais, solicitando que parte dos recursos seja destinada de forma específica à saúde bucal.

Tal pleito se fundamenta na recente inclusão da Odontologia na Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990), que reafirma o direito de todos os cidadãos ao acesso integral à saúde bucal como compo-

nente indissociável da saúde geral.

O CRO-MG seguirá acompanhando as tratativas relacionadas ao Acordo, mantendo interação constante com as comissões de atingidos e assessorias técnicas, reforçando seu compromisso em garantir que os recursos cheguem efetivamente à população e que contribuam para a valorização dos cirurgiões-dentistas e para a ampliação da cobertura da saúde bucal no SUS em Minas Gerais. 🦷



Acesse
o ofício:



CRO-MG CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE MINAS GERAIS

Belo Horizonte/MG, 21 de agosto de 2025.

Ofício Presidência CRO-MG nº 193/2025

Exmo. Sr. Júlio Pinheiro
Secretário Especial de Assuntos Federativos da Presidência da República

Exma. Sra. Gleisi Hoffmann
Ministra de Estado da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

Assunto: Solicitação de destinação proporcional de recursos para a Saúde Bucal – Acordo de Mariana

Excelentíssimos(as) Senhores(as),

O Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CRO-MG), por meio de seu Presidente, Dr. Raphael Castro Mota, vem respeitosamente cumprimentá-los e manifestar-se diante do recente anúncio do novo acordo de Mariana, que prevê o investimento de R\$ 12 bilhões para compensar os danos à saúde coletiva, sendo R\$ 1,1 bilhão destinados ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) em Minas Gerais.

Cumpre destacar que a Lei nº 8.080/1990, Lei Orgânica da Saúde, reconhece a saúde bucal como parte integrante e indissociável da saúde, assegurando-a como direito fundamental no âmbito do SUS. Assim, entendemos que os investimentos advindos do referido acordo devem contemplar de forma proporcional a área odontológica, em especial no fortalecimento da atenção primária, na ampliação das equipes de saúde bucal e na promoção de ações preventivas e de acesso universal a toda população mineira.

Nesse sentido, o CRO-MG solicita que a saúde bucal seja formalmente contemplada no processo de destinação dos recursos, garantindo que os investimentos cheguem também à odontologia, de modo a corrigir desigualdades históricas no financiamento da área e assegurar efetividade na promoção da saúde integral dos cidadãos.

Colocamo-nos à disposição para contribuir tecnicamente com as discussões e com a construção de estratégias que viabilizem a correta aplicação desses recursos, reafirmando nosso compromisso institucional de colaborar com os gestores públicos na consolidação de políticas de saúde mais inclusivas, justas e eficazes.

Na certeza de contar com a atenção, renovamos nossos votos de elevada estima e consideração.

Assinado por Raphael Castro Mota,
Presidente do Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais
Código de Verificação: ATRD-89189-7AD9a-8D2B8

CRO-MG intensifica fiscalização do piso salarial dos cirurgiões-dentistas

Em agosto de 2025, o Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CRO-MG) ampliou as ações para garantir o cumprimento do piso salarial dos cirurgiões-dentistas, previsto na Lei 3.999/61.

Foram notificadas as prefeituras dos municípios de Arcos, Bom Sucesso, Contagem, Fortuna de Minas, Guidoal, Iguatama, Itaípe, Jequitaiá, Monte Alegre de Minas, Pedra do Indaiá, Rio Novo, Santana da Vargem, Santo Bento do Abade e São João Nepomuceno, reforçando a luta da instituição pela valorização da classe e pelo combate ao aviltamento profissional.

A iniciativa é parte da Luta pelo Piso Salarial, conduzida pelo CRO-MG para assegurar condições de trabalho justas e respeitadas aos profissionais em todo o estado.

Denúncias de irregularidades relacionadas ao piso podem ser feitas pelo e-mail pisosalarial@cromg.org.br ou no site cro.mg/denuncia. A lista completa de municípios já notificados ou com ações judiciais em andamento está disponível em cro.mg/pisosalarial.

Com esse trabalho contínuo, o CRO-MG reafirma seu compromisso de fortalecer a Odontologia mineira e garantir que cada profissional seja valorizado de acordo com a lei. 🦷



O TRABALHO DIGNIFICA

**Não deixe ele
tirar a sua vida!**

CRO-MG e o Ministério do Trabalho
possuem um acordo de cooperação
técnica assegurando **o direito dos**
profissionais da Odontologia.

**A DIGNIDADE DA
NOSSA PROFISSÃO
DEPENDE DA SUA
DENÚNCIA!**

DENUNCIE:

cro.mg/denuncia

valorizaodonto@cromg.org.br



CRO MG

CONSELHO REGIONAL
DE ODONTOLOGIA
DE MINAS GERAIS



Mala Direta Postal
Básica
9912247543/2009-DR/MG
CRO-MG
CORREIOS

Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais - CRO-MG
Rua da Bahia, 1.477 - Lourdes - Cep 30160-011 - Belo Horizonte - MG